

MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

organizador

INOVAÇÕES NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Meios alternativos de resolução de conflitos,
justiça multiportas e iniciativas para a redução
da litigiosidade

estudos em homenagem a

**MÚCIO VILAR
RIBEIRO DANTAS**

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

PEQUENO RESUMO BIOGRÁFICO DE MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS, POR MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	5
MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS (★30.08.1925 – †18.02.2000)	
Origens e formação	5
Família	6
Carreira profissional	7
Obras publicadas.....	9
Comendas.....	10
PREFÁCIO.....	11
EROS ROBERTO GRAU	

PARTE I

PRELÚDIO: SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIORTAS, MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E ANÁLISES INTERDISCIPLINARES

1. SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIORTAS, MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O ANTEPROJETO DE LEI PARA A AMPLIAÇÃO DAS TRANSAÇÕES NO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO NORTE	37
MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS E EDUARDO SOUSA DANTAS	
Introdução	38
1. O Sistema de justiça multiortas e os meios alternativos de resolução de conflitos	39
2. Os meios alternativos de resolução de conflitos em demandas envolvendo o poder público	44
3. O uso de meios alternativos de solução de conflitos nos processos de contas e o anteprojeto de lei para a ampliação da transação no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte	51
Conclusão	61
Referências bibliográficas.....	61
2. ACORDOS DE LENIÊNCIA E REGIMES SANCIONADORES MÚLTIPLOS: PONTOS DE PARTIDA PARA UMA INTEGRAÇÃO CONSTITUCIONAL....	65
GILMAR FERREIRA MENDES E VICTOR OLIVEIRA FERNANDES	
Introdução	65

Parte I.....	69
1. Panorama legal dos Acordos de Leniência no Direito Administrativo brasileiro.....	69
1.1. Acordos de Leniência Antitruste e a experiência inspiradora do CADE	71
1.2. Criação do Sistema Anticorrupção e consagração dos Acordos de Leniência	72
Parte II	76
2. Implementação dos Acordos de Leniência Anticorrupção nas sobreposições de regimes de responsabilidade	76
2.1. Atuação do Ministério Público Federal.....	79
2.1.1. Legitimidade do MPF para a celebração de Acordos de Leniência.....	80
2.1.2. Ampliação dos benefícios para a esfera penal.....	84
2.1.3. Destinação de valores arrecadados a título de reparação de danos.....	89
2.2. Atuação do Tribunal de Contas da União	91
2.2.1. Criação de obrigações de controle para as Autoridades Signatárias.....	92
2.2.2. Ausência de previsão normativa de colaboração com o TCU.....	96
2.2.3. Quantificação do dano ao erário e desproporcionalidade das sanções de inidoneidade administrativa	99
Conclusões.....	104
Referências bibliográficas.....	105
3. A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL: REFLEXÕES SOBRE O PL 6.204/2019 DO SENADO FEDERAL	109
GERALDO OG NICÉAS FERNANDES, FLÁVIA PEREIRA RIBEIRO E FREDERICO AUGUSTO LEOPOLDINO KOEHLER	
Introdução	109
1. A desjudicialização da execução no Direito Comparado.....	112
2. Balanço da experiência portuguesa.....	114
3. Exame do PL nº 6.204/2019 do Senado Federal.....	116
4. Algumas sugestões e/ou reflexões críticas ao PL nº 6.204/2019	120
5. Considerações finais.....	126
Referências bibliográficas.....	127
4. MEDIAÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: DA ATIVIDADE IMPERATIVA UNILATERAL À CULTURA DO DIÁLOGO	129
BRUNO DANTAS E CAIO VICTOR RIBEIRO DOS SANTOS	
Introdução	129

1. Da atividade imperativa unilateral à cultura do diálogo: a metamorfose administrativa impulsionada pelo desenvolvimento da governança pública	131
2. Fundamentos teóricos do consensualismo e a inserção da mediação na Administração Pública: promovendo eficiência e pluralismo administrativo ...	134
3. Transação no Poder Público vs. indisponibilidade do interesse público.....	137
4. Sobre a implementação da mediação no Tribunal de Contas da União: <i>fast-track</i> para a homologação de reequilíbrios em contratos de infraestrutura	140
4.1. Desenho procedimental para a mediação no Tribunal de Contas da União	141
5. Conclusão	142
6. Referências	143
Apêndice – Proposta de Projeto de Lei para a Mediação no TCU	145
5. A MEDIAÇÃO E OS CONFLITOS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CIDADÃO.....	147
EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR E VÍTOR GALVÃO FRAGA	
I. Introdução.....	148
II. Mediação: conceito e compatibilidade com o regime jurídico-administrativo.....	151
III. A mediação no direito administrativo brasileiro	158
IV. O procedimento da mediação e a responsabilidade dos mediadores	161
V. Síntese conclusiva	165
VI. Referências	166
6. NOVOS DESAFIOS AO JULGADOR EM FACE DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	169
ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	
Introdução	169
1. O surgimento de uma teoria sobre o direito civil constitucional no Brasil	173
2. Em que consistiria o direito civil constitucional? Há princípios próprios de direito civil constitucional?.....	174
3. Fundamentos de um direito civil constitucional como método interpretativo	178
4. Despatrimonialização do direito privado.....	179
5. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais e a superação da <i>summa divisio</i> entre direito público e direito privado.....	181
6. Alguns precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça aplicando a metodologia do direito civil constitucional.....	184
7. Conclusão	185
8. Referências	186

16 | INOVAÇÕES NO SISTEMA DE JUSTIÇA

7. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E OS LIMITES À AUTORREGULAÇÃO DE CONFLITOS NO PROCESSO CIVIL	189
<i>ARRUDA ALVIM - In Memoriam</i>	
Introdução	189
1. Limites relacionados às partes nos negócios jurídicos processuais	192
2. Limites atinentes ao objeto dos negócios jurídicos processuais	196
Conclusões.....	200
Referências bibliográficas.....	201

PARTE II

UM SEGUNDO OLHAR: PANORAMA E NOVAS PERSPECTIVAS
DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA

8. O RECURSO ESPECIAL REPETITIVO E A ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA: INSTRUMENTOS PARA A EFETIVAÇÃO DO STJ COMO CORTE SUPREMA.....	207
<i>LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA E ISABELA MEDEIROS GURGEL DE FARIA</i>	
1. Introdução.....	207
2. Superior Tribunal de Justiça: criação e instalação	208
3. Recurso especial repetitivo	210
4. Precedentes vs. jurisprudência	215
5. Precedentes: vinculação ou persuasão?	216
6. Arguição de relevância.....	219
7. Conclusão	224
8. Referências	225
9. ACESSO À JUSTIÇA E A POSIÇÃO CONSTITUCIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO ÁRBITRO DA FEDERAÇÃO	229
<i>REYNALDO SOARES DA FONSECA E RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA</i>	
Introdução	229
1. Acesso à Justiça, Tribunal Multiportas e uma abordagem macroscópica à litigância intergovernamental.....	231
2. A necessidade de um tribunal da federação	233
3. A composição do STF	235
4. Competências jurisdicionais	243
5. Obrigatoriedade das decisões no espaço e no tempo.....	246
6. Considerações finais.....	251
Referências bibliográficas.....	252
10. O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS INOVAÇÕES NO SISTEMA DE JUSTIÇA...	257
<i>ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA</i>	
Introdução	257

Breve história constitucional do Ministério Público brasileiro	257
A inovadora definição constitucional do Ministério Público	260
Da inovadora função de defesa do regime democrático pelo Ministério Público	261
O Ministério Público e a inovação da colaboração premiada no sistema de justiça penal.....	265
O Ministério Público e a inovação do <i>compliance</i>	267
Conclusão	270
Referências.....	270
11. É POSSÍVEL APRIMORAR A JUSTIÇA	271
JOSÉ RENATO NALINI	
I. Introdução.....	271
II. O contexto.....	272
III. As críticas ao judiciário.....	273
IV. A influência das redes sociais.....	274
V. A urgência das reformas.....	275
VI. O bom uso da tecnologia	276
VII. O que se pode fazer.....	279
VIII. Novo paradigma de recrutamento	284
IX. Conclusão	286
Referências.....	287
12. A REFORMA DO SISTEMA JUDICIAL	289
PIERPAOLO CRUZ BOTTINI E SÉRGIO RENAULT	
1. Morosidade.....	291
2. Litigiosidade excessiva	293
3. Legislação processual	294
4. Gestão judicial.....	294
5. Conclusão	296
13. JUSTIÇA QUE INOVA RENOVA O JUSTO	297
MARCELO NOBRE	
I. Introdução.....	297
II. Os números da justiça brasileira	299
III. Modernização do poder judiciário.....	300
III.1. Implantação do processo eletrônico	302
III.2. Desenvolvimento de política para Resolução Apropriada de Conflitos	303
III.3. Mudança de rotina: inovação necessária.....	304
IV. Os meios de solucionar os conflitos fora do Judiciário.....	306

18 | INOVAÇÕES NO SISTEMA DE JUSTIÇA

V.	Modelos possíveis para aprimorar a solução apropriada de demandas	308
V.1.	Mediação com entes públicos	308
V.2.	Campanhas para notabilizar a mediação privada	308
V.3.	Ampliação da mediação judicial para os serviços extrajudiciais (cartórios) e escritórios de advocacia.....	309
V.4.	Criação de plataforma para mediação <i>on-line</i>	309
VI.	Conclusão: a justiça que se deseja.....	309
VII.	Referências bibliográficas	310
14.	O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL: CORTE DE JUSTIÇA, CORTE DE PRECEDENTES OU CORTE DE CAUSAS IMPORTANTES.....	311
	JORGE ANDRÉ DE CARVALHO MENDONÇA	
1.	Introdução.....	311
2.	Um papel de Corte de Precedentes	313
3.	A missão de produzir normas para o futuro	315
4.	A função de dar unidade ao direito	317
5.	A carga de trabalho e sua relação com o sistema de Cortes Superiores	321
6.	Conclusão	323
7.	Referências	324
PARTE III		
O BENCHMARK DO PROCESSO CIVIL: ENTRE A SEGURANÇA JURÍDICA E A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL		
15.	UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E O RECURSO ESPECIAL REPETITIVO	329
	BENEDITO GONÇALVES E FABIANA FAVRETO	
1.	Uniformização da interpretação da legislação federal	329
2.	Recurso Especial Repetitivo	330
3.	Requisitos e procedimento para julgamento pela sistemática repetitiva	331
4.	Tramitação do representativo da controvérsia	334
5.	Efeitos do julgamento do representativo da controvérsia	339
6.	Considerações finais.....	341
7.	Referências bibliográficas	342
16.	RESPEITO AOS PRECEDENTES E SEGURANÇA JURÍDICA	343
	JOEL ILAN PACIORNIK E FERNANDO QUADROS DA SILVA	
1.	Respeito aos precedentes, racionalidade e senso de justiça.....	343
2.	O fortalecimento dos precedentes no cotidiano dos julgamentos.....	345

3.	O novo CPC e a hierarquização da jurisprudência.....	346
4.	Novas categorias, nova terminologia e necessária adaptação do Judiciário	348
5.	A vinculação dos precedentes pela autoridade e pela reiteração. As técnicas de superação dos precedentes: <i>overriding</i>	350
	Considerações finais	353
	Referências bibliográficas.....	355
17.	O IRDR E O REQUISITO DA EFETIVA REPETIÇÃO DE PROCESSOS (OU CAUSAS PENDENTES) QUE DEPENDAM DA SOLUÇÃO DA QUESTÃO COMUM DE DIREITO A SER UNIFORMIZADA.....	357
	ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES	
	Breves palavras em homenagem ao Professor Múcio Vilar Ribeiro Dantas	357
1.	O processo histórico de surgimento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no direito nacional.....	358
1.1.	A formulação da proposição na Comissão de Juristas, o (ante) projeto de novo Código de Processo Civil e o texto aprovado no Senado Federal.....	359
1.2.	A versão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no texto aprovado na Câmara dos Deputados.....	362
1.3.	O IRDR na redação final aprovada no Senado Federal e no texto sancionado	364
2.	A controvérsia em torno da exigência de que o incidente tenha como base apenas processos já em tramitação no tribunal.....	366
2.1.	A posição de que o incidente somente pode ser suscitado na pendência de causa no tribunal	366
2.2.	O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas pode ser suscitado a partir de causas em tramitação perante juízes de primeiro grau ou tribunais	372
	Referências.....	374
18.	DO QUE SE OCUPA UM(A) PROCESSUALISTA?	375
	FREDIE DIDIER JR.	
1.	Nota introdutória: o tradicional objeto de investigação do processualista (as dimensões normativa, de participação e institucional)	375
2.	Necessidade de ampliação do objeto de estudo: as diversas “portas de acesso à justiça” e o ensino do processo.....	376
3.	Repensando a dimensão normativa	378
4.	Repensando a dimensão da participação.....	380
5.	Repensando a dimensão institucional	382
6.	Dois considerações finais.....	383
	Referências.....	383

19. A PENHORA DE FATURAMENTO PREVISTA NO ART. 866 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, O RESP REPETITIVO 1.666.542-SP E SEUS REFLEXOS DIANTE DAS INOVAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 14.112/2020	387
LUIZ RODRIGUES WAMBIER E ARTHUR MENDES LOBO	
1. Introdução.....	387
2. A penhora de faturamento e as hipóteses gerais de cabimento.....	389
3. As diferentes diretrizes jurisprudenciais a respeito da penhora sobre o faturamento.....	393
4. A afetação do tema pelo Superior Tribunal de Justiça	394
5. O estabelecimento de parâmetros decisórios que estimulem a utilização da Penhora de Faturamento, inclusive no âmbito das recuperações judiciais – Lei 14.112/2020.....	398
6. Considerações finais.....	400
Referências bibliográficas.....	401
20. QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA NO PROCESSO CIVIL: NÃO PRECLUSIVIDADE RELATIVA.....	403
NELSON NERY JUNIOR	
1. Considerações iniciais sobre preclusão.....	403
2. <i>Legitimatío ad causam</i> e interesse processual. Matérias decididas. CPC 505 e 507. Preclusão lógica e preclusão consumativa	411
3. Tribunais superiores (STF e STJ) e a preclusão. As matérias de ordem pública podem ser alegadas a <i>qualquer</i> tempo, mas não a <i>todo</i> o tempo.....	416
4. Conclusão	418
5. Referências bibliográficas.....	419
21. NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DO PROCESSO CIVIL COMO INSTRUMENTO PARA OBSERVÂNCIA DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.....	423
FRANCISCO DE QUEIROZ B. CAVALCANTI E ARTUR OSMAR N. B. CAVALCANTI	
Referências.....	439
22. O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES COMO INSTRUMENTO A SERVIÇO DO DIREITO FUNDAMENTAL A UMA TUTELA JURISDICIONAL JUSTA, ADEQUADA E EFETIVA.....	441
HEITOR EDUARDO CABRAL BEZERRA E MARIA CLARA RIBEIRO DANTAS BEZERRA	
1. Introdução.....	441
2. A concepção contemporânea de acesso à justiça: o direito fundamental a uma tutela jurisdicional justa, adequada e efetiva.....	443
3. O papel dos precedentes vinculantes na concretização do direito fundamental a uma tutela jurisdicional justa, adequada e efetiva	449

3.1. Noções básicas sobre o sistema de precedentes vinculantes estruturado pelo Código de Processo Civil de 2015	449
3.2. A relevância do sistema de precedentes vinculantes para a concretização do direito fundamental a uma tutela jurisdicional justa, adequada e efetiva.....	450
4. Conclusões.....	460
5. Referências	460

PARTE IV

(RE)PROGRAMANDO O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

23. BREVES APONTAMENTOS SOBRE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA/APRESENTAÇÃO NO BRASIL.....	465
JORGE MUSSI	
1. Histórico e evolução do instituto.....	465
2. Bases de justificação e finalidade	469
3. Impacto prático	471
4. Competência para presidir o ato	472
5. Do cabimento e do procedimento.....	474
6. Observações voltadas ao aprimoramento do instituto	476
7. Considerações finais.....	479
8. Referências	480
24. POLÍTICA CRIMINAL E CORRUPÇÃO: UMA PERSPECTIVA FUNCIONAL DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	481
ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ	
Referências bibliográficas.....	488
25. A TEORIA DO DELITO NO PLS 236/2012 E NA “PROPOSTA ALTERNATIVA” PARA A REFORMA DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL	491
PROF. DR. LUÍS GRECO (LL.M.)	
I. Introdução.....	492
II. Causas de justificação.....	493
1. Considerações prévias: causa de justificação e dever de suportar	493
2. Princípio da insignificância	493
3. Estado de necessidade (justificante)	494
4. Exercício regular de direito.....	494
5. Erro de tipo permissivo, discriminantes putativas	495
III. Culpabilidade.....	497
IV. Concurso de pessoas	498
V. Conclusão	499
Referências.....	500

26. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 VERSUS A VIRTUALIZAÇÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	501
TÉCIO LINS E SILVA E RONNY NUNES	
1. Introdução.....	501
2. O funcionamento da justiça em tempos de pandemia.....	502
3. Análise e confronto com a principiologia constitucional.....	508
4. Conclusão.....	514
5. Referências bibliográficas.....	515
27. CRIMES ELEITORAIS: AS FRONTEIRAS DO DIREITO PENAL E OS CRIMES DE COLARINHO-BRANCO	519
JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO E MÁRCIO ALEANDRO CORREIA TEIXEIRA	
1. Introdução.....	520
2. A hermenêutica dos crimes eleitorais.....	522
3. O processamento da corrupção eleitoral e da falsidade ideológica eleitoral no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.....	527
4. A corrupção eleitoral e a falsidade ideológica eleitoral como expressões da criminalidade de colarinho branco.....	532
5. Conclusão.....	536
6. Referências.....	537
28. REPENSANDO O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO: IMAGINAÇÃO PROGRAMÁTICA CONTRA A RENDIÇÃO INCONDICIONAL	539
ADEMAR BORGES	
Introdução.....	539
1. Um diagnóstico do sistema de justiça criminal brasileiro.....	540
1.1. A justiça criminal brasileira: a preferência pela pena de prisão.....	542
1.2. A produção legislativa no campo penal: o reforço à centralidade da prisão como resposta ao crime.....	545
2. A centralidade do papel do legislativo na reformulação do sistema de justiça criminal.....	551
3. O acordo de não persecução criminal como experimento institucional de superação da centralidade da pena de prisão.....	558
3.1. O <i>patteggiamento</i> italiano e chances de aprendizado para a aplicação do acordo de não persecução brasileiro.....	561
3.2. Superando obstáculos na aplicação do acordo de não persecução: aplicação retroativa do art. 28-A do CPP e ampla possibilidade de oferecimento do acordo no curso do processo.....	564
Conclusão.....	568

29. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A EXPANSÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIAL: NATUREZA, RETROATIVIDADE E CONSEQUÊNCIAS AO DESCUMPRIMENTO.....	569
VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS	
Introdução	569
1. A expansão da justiça criminal negocial no Brasil e a inserção do acordo de não persecução penal	572
2. A natureza jurídica do ANPP: negócio jurídico processual para conformidade do imputado à acusação	576
3. A função não probatória do acordo de não persecução penal: reflexos para a compreensão do requisito de confissão circunstanciada	578
4. Direito intertemporal e a retroatividade do ANPP para processos em andamento quando da vigência da Lei 13.964/2019	580
Considerações finais	589
Referências bibliográficas.....	590
30. O PAPEL DO JUIZ DAS GARANTIAS NA PACIFICAÇÃO DE CONFLITOS PENAIS.....	595
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR	
1. Introdução.....	595
2. Modelo originário do CPP de 1941 e o sistema acusatório.....	597
2.1. Constituição de 1988 e o sistema acusatório.....	602
2.2. Atuação do juiz na investigação e a teoria da dissonância cognitiva ...	603
3. Juiz das garantias para assegurar a imparcialidade do juiz e o controle da legalidade da investigação	606
3.1. Justiça negocial e o juiz das garantias.....	612
3.2. Juiz das garantias e a prática restaurativa	614
4. Considerações finais.....	617
Referências bibliográficas.....	618
31. UMA NOVA FEIÇÃO DO MODELO TRADICIONAL DE DIREITO CRIMINAL: EVOLUÇÃO LEGISLATIVA, PERSPECTIVAS E INOVAÇÕES.....	621
BRUNO MONTENEGRO RIBEIRO DANTAS	
I. Dos prolegômenos expositórios	621
II. A superação da morosidade: o desafio da redução do processo adversarial...	622
III. Da evolução legislativa	624
IV. O acordo de não persecução penal e a litigiosidade inerente ao processo penal.....	627
V. Dos Juizados Especiais Criminais e da Consensualidade.....	630
VI. Da quebra do paradigma acusatório ministerial.....	632
VII. Da experiência vivenciada na Comarca de Acari – RN	633